

**COMISSÃO LOCAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO NA ALFÂNDEGA DE FORTALEZA –
COLFAC ALF/FOR**

ATA DE REUNIÃO DA COLFAC ALF/FOR

REUNIÃO DA COLFAC - ALFÂNDEGA DE FORTALEZA

Data da reunião: 16/12/2025, terça-feira, às 9h30min

Local: Reunião presencial na Alfândega de Fortaleza, também com transmissão on-line (Plataforma Teams)

Coordenador da COLFAC:

Francisco Rebouças dos Reis Júnior

Número de presentes:

26 participantes online e 9 presenciais

1 - ABERTURA

- A reunião da Comissão Local de Facilitação de Comércio da Alfândega de Fortaleza foi aberta pelo Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Fortaleza, Auditor-Fiscal Francisco Rebouças dos Reis Júnior, o qual deu as boas-vindas a todos na COLFAC, e leu a pauta da reunião. Sérgio Amora, presidente do SINDACE, informou a mudança no Sindicato dos Despachantes do Ceará, especificamente quanto à mudança na abrangência do sindicato para englobar os despachantes dos 3 Estados que compõem a 3ª RF (Ceará, Maranhão e Piauí), bem como possível mudança nas normas referentes aos despachantes e, ainda, o desejo da futura criação de um conselho de classe para os despachantes. Em seguida, foi apresentado o novo chefe da Seção de Gerenciamento de Riscos da Alfândega, José Vidal Neto.
- Em seguida, o Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Fortaleza passou a palavra ao Auditor-Fiscal Edson Nogueira de Moraes.

2 – PAUTA

- Programa OEA - Operador Econômico Autorizado – Edson Nogueira de Moraes fez uma apresentação sobre o Programa OEA, enfatizando alguns pontos: 1) a existência de menos de dez empresas habilitadas na 3ªRF; 2) os possíveis motivos pelos quais uma empresa ainda não se tornou OEA, tendo sido

levantadas algumas hipóteses: relação custo x benefício, receio de exposição, trabalho extenso para se habilitar etc. Ele salientou que as empresas certificadas apresentam satisfação com os benefícios em ser OEA, com ganhos logísticos, maior segurança, diminuição sensível na parametrização, possibilidade de futuro diferimento em pagamentos de tributos, além do empenho da RFB em aumentar os possíveis benefícios. 3) O programa OEA é uma parceria entre RFB e contribuintes. 4) O Programa OEA não é uma armadilha. 5) Custo gratuito para participar. 6) Os possíveis gastos são investimentos na melhoria da estrutura da empresa. 7) O programa não busca perfeição, mas um nível de adequação e uma real capacidade de operacionalização dentro da adequação. 8) A certificação OEA não é uma premiação para quem tem as melhores apresentações em formulários, mas os melhores procedimentos. 9) A importância de registrar como são os procedimentos da empresa, de documentá-los, para precaução na mudança de pessoas. Em seguida, Natália Cavalcante, do Grupo Rocha informou que sua empresa é certificada desde 2018, salientou a importância do ponto focal na RFB; que há uma troca neste processo; que é gratificante ser OEA; e que participam de um fórum consultivo de OEA's.

- Duimp – O Auditor-Fiscal Daniel Santos lembrou que esse tema vem sendo tratado na COLFAC há mais de um ano, tendo focado sua apresentação na Notícia Siscomex Importação 122/2025 (que atualizou o cronograma de obrigatoriedade da DUIMP). Informou sobre atraso na migração, motivo pelo qual o cronograma foi esticado para dez/2026. Com a reforma tributária do consumo, a partir de 2027, espera-se que todas as importações brasileiras tenham migrado para a DUIMP. Em seguida, o Auditor-Fiscal mostrou algumas etapas do referido cronograma, além de explanar algumas particularidades de importações com órgãos anuentes, para desligamento da DI/LI. Demonstrou, ainda, as impossibilidades no uso da Duimp. Em seguida, Sérgio Amora perguntou se empresas com radar limitado ainda permanecem no sistema antigo (DI). Daniel Santos respondeu que sim, mas que em 2026 deve haver a migração para DUIMP também dessas empresas, por isso é importante acompanhar futuras atualizações do cronograma.

3 – ASSUNTOS GERAIS

- 1) O Inspetor da IRF/APM Carlos Wilson perguntou como está a 3ªRF em termos de Duimp. Daniel Santos respondeu que já temos mais de 300 Duimp registradas e que na 3ªRF, o Ceará está mais adiantado.
- 2) Sérgio Amora abordou alguns problemas na operação no Porto de Pecém. Quanto a problemas em divergências no peso, Renato Terroso já resolveu. Sérgio Amora solicitou discutir também o controle de lacres (sugestão de assunto para a próxima Colfac). Apontou a dificuldade de comunicação com a ALF/FOR, sem a disponibilidade de telefone para contato. Solicita atendimento presencial pelo menos duas vezes na semana.
- 3) Sérgio Oliveira, da Sefaz-Ce, explicou o andamento do desenvolvimento do sistema para integração da Sefaz à DUIMP.

- 4) Dênnis Aguiar, Inspetor Substituto da IRF/PCE, se comprometeu a verificar a questão do controle de lacres, exposto por Sérgio Amora.
- 5) Sérgio Amora informou que possível projeto de lei poderá prever a qualificação dos despachantes como função de nível superior, bem como a possível criação de um conselho de classe.

4 – ENCERRAMENTO

Sem mais manifestações dos presentes, o Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Fortaleza agradeceu e encerrou o evento.